



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

NÚCLEO DE PROCESSAMENTO DE POLÍCIA DE MIGRAÇÃO - NPMIG/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ

PROCESSO DE DEPORTAÇÃO - DELEMIG/ DREX/SR/PF/RJ

PORTRARIA

RAFAEL DA ROCHA MORÉGULA, Delegado de Polícia Federal, lotado e em exercício na DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 13.445/2017, nos artigos 50 e seguintes, no Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamentou a Lei de Migração, e nas disposições da Instrução Normativa DG/PF 226/2022, de 05 de maio de 2022,

RESOLVE:

Instaurar, nos termos dos art. 50 e seguintes da Lei 13.445/2017 e art. 187 e seguintes do Decreto 9.199/2017, procedimento administrativo para instruir a **DEPORTAÇÃO** de **TOMAS CHRISTOPH DOPPLER**, filho de Anna Doppler e Tomas Stritecky, de nacionalidade austriaca, data de nascimento 02/03/1996, tendo em vista que no Processo SEI nº **08460.001472/2025-31** restou demonstrado permanecer no Brasil mesmo após decorrido o prazo estabelecido para regularização de sua situação no país, consoante se infere do Termo de Notificação (41090426) e Despacho NRM/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ (141880178);

DETERMINA:

- 1) Anexar o Termo de Notificação (41090426) e Despacho NRM/DELEMIG/DREX/SR/PF/RJ (141880178), adotando-se as seguintes providências:
- 2) Notificar, o deportando e seu defensor constituído, se houver, dando conta da instauração do Procedimento de Deportação e do prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa técnica escrita, na forma da alínea b do inciso II do Art.188 do Decreto nº 9199/2017.
- 3) Notificar, preferencialmente por meio eletrônico, a repartição consular do país de origem do deportando, dando conta da instauração do Processo de Deportação;
- 4) Passado o prazo de 10 (dez) dias da notificação, e não havendo apresentação de defesa pelo deportando, notifique-se, preferencialmente por meio eletrônico, a Defensoria Pública da União, na ausência de defensor constituído, a apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, defesa técnica escrita;
- 5) Publicar a portaria no site eletrônico da Polícia Federal;
- 6) Ativar alerta no Sistema de Tráfego Internacional- Módulo de Alertas e Restrições - SONAR “Instaurado Processo de Deportação”.
- 7) Manter o procedimento aberto na Unidade;

CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL DA ROCHA MOREGULA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 26/08/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142111367&crc=36975CBD.
Código verificador: **142111367** e Código CRC: **36975CBD**.

Referência: Processo nº 08460.001472/2025-31

SEI nº 142111367